

FONTES PRIMÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DO RACISMO E DO ANTIRRACISMO BRASILEIRO: POR DENTRO DO ARQUIVO ARTHUR RAMOS

por

Daniel Florence Giesbrecht¹

Resumo: Durante o último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, intensificaram-se as discussões a respeito do conceito de “raça” e sua relação com a suposta hierarquia humana, sob o prisma da antropologia física e criminal. Diante desse contexto racista, destacou-se o médico e antropólogo Arthur Ramos de Araújo Pereira. Este artigo tem como objetivo discorrer sobre o legado e compromisso dos estudos de Arthur Ramos, como intelectual antirracista, e sua preocupação em desmascarar distorções sobre as concepções de “raça”, especialmente a partir da década de 1930. Para a realização deste estudo, foram usados referenciais bibliográficos e documentais, sobretudo fontes primárias que estão sob a guarda da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, Brasil. Numa sociedade na qual a intolerância se manifesta de diversas maneiras, sendo o racismo uma das mais prevalentes, reconhecer a contribuição da obra de Arthur Ramos é de suma importância para aqueles comprometidos com a busca pela equidade e pela erradicação dos preconceitos no mundo atual.

Palavras-chave: Arthur Ramos; Racismo e Antirracismo; Brasil.

Abstract: During the last quarter of the 19th century and the first decades of the 20th century, discussions about the concept of “race” and its relationship with the supposed human hierarchy were intensified, from the perspective of physical and criminal anthropology. Given this racist context, the physician and anthropologist Arthur Ramos de Araújo Pereira stood out. This article aims to discuss the legacy and commitment of the studies of Arthur Ramos, as an anti-racist intellectual and his concern to unmask distortions about the conceptions of “race”, especially from the 1930s. For the elaboration of this study, bibliographic and documentary references were used, particularly primary sources that are under the custody of the Division of Manuscripts at the National Library in Rio de Janeiro, Brazil. In a society in which intolerance manifests itself in different ways, racism being one of the most prevalent, recognizing the contribution of Arthur Ramos' work is of paramount importance for those committed to the search for equity and the eradication of prejudice in today's world.

Keywords: Arthur Ramos; Racism and Antiracism; Brazil.

¹ Doutorando em História Contemporânea na Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) na mesma universidade. Este trabalho é financiado por fundos nacionais e comunitários através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento 2021.04805.BD. E-mail: profdanielflorence@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>.

INTRODUÇÃO

O conhecimento histórico e antropológico desempenha um papel crucial no combate à intolerância, fornecendo instrumentos analíticos fundamentais para compreender as origens e dinâmicas das diversas formas de discriminação racial presentes nas sociedades humanas. Como bem apontou Octavio Ianni (2004), ao descobirmos os principais elementos históricos e culturais que influenciam a construção de conceitos, como raça e classe, estamos dando os primeiros passos para compreendermos como os discursos racistas se desenvolveram em determinados períodos. Em particular, no caso brasileiro, essa abordagem nos permite identificar padrões e avaliar as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que favoreceram sua disseminação.

Ao analisarmos as contribuições dos pioneiros do pensamento social brasileiro, a problemática racial revela-se, sem dúvida, repleta de preconceitos, o que evidencia a relevância de um elemento crucial na história da cultura brasileira: o processo de construção da identidade nacional. Recuperando um breve legado da incipiente sociologia brasileira entre o final do século XIX e o início do XX, intelectuais como Sílvio Romero (1851-1914)², Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906)³ e Euclides da Cunha (1866-1909)⁴,

² Um exemplo das inúmeras classificações raciais que emergiam pode ser verificado através do trabalho do advogado e sociólogo brasileiro Sílvio Romero. Formado pela Faculdade de Direito do Recife e “baseando-se nas explicações naturalistas da evolução da sociedade, Romero toma o mestiço como base para a formação do povo brasileiro. De acordo com ele, o Brasil seria o produto de três correntes raciais: o branco europeu (grego-latino) que veio para o Brasil com os portugueses e seria inferior aos povos germano-saxões; os negros africanos, que jamais criaram uma civilização, considerados como derrotados na escala etnográfica; e os índios aborígenes, os mais inferiores entre todos os outros grupos” (Rangel, 2015: 17). A respeito dos trabalhos e atuação de Sílvio Romero a partir da Faculdade de Direito do Recife, *vide* Schwarcz, 1993.

³ A Faculdade de Medicina da Bahia ocupou um lugar de destaque com a presença do médico maranhense aí radicado, Raimundo Nina Rodrigues, que se converteu no principal difusor no Brasil da ideia científica do darwinismo social, internacionalmente aceita na época, de que a mistura de raças seria prejudicial. Portanto, segundo essa visão, um país formado por raças muito diferentes estava fadado à decadência. Além disso, ele pregava a separação das raças; assim, a seleção natural num regime competitivo prejudicaria as raças inferiores, que seriam eliminadas ou controladas. Esse diagnóstico do médico tinha respaldo nos exemplos de embriaguez, de loucura, de epilepsia e de violência encontrados em marginais e documentados pela medicina legal. Durante o século XIX, os estudos antropométricos dos crânios humanos foram realizados como modo de sustentação das hipóteses da antropologia criminal, preocupada em encontrar um tipo físico comum aos indivíduos considerados desviantes (Corrêa, 2013).

⁴ Os escritos de Euclides da Cunha nasceram de uma postura política empenhada, a qual complementaria a largueza do âmbito de interesses que estava em jogo naquele cenário político e social do início do período republicano brasileiro. A consideração da viabilidade de promover a dinamização da sociedade implicava necessariamente superar qualquer traço de monarquismo e abraçar os princípios de uma república, o que, por sua vez, conduziu a interpretações com uma forte conotação racial. Isso ficava ainda mais evidente quando o autor visava enfatizar a dicotomia entre um “litoral urbano e civilizado” e um “interior rural e atrasado”, no qual se engajava em teorias fundamentadas em pressupostos evolucionistas. Essas abordagens criaram estereótipos que reforçaram a ideia de que a população sertaneja, em particular, estava num nível inferior no desenvolvimento civilizacional (Carvalho, 2011).

mesmo nos diferentes ramos em que atuaram, já apontavam em seus trabalhos manifestações racialistas que viriam estabelecer grande influência na interpretação da formação da identidade nacional brasileira, condenando determinados grupos (negros, mestiços e indígenas, por exemplo) a estereótipos depreciativos, forjados por meio de paradigmas influenciados pelo pensamento antropológico estrangeiro — principalmente pela escola francesa e seu positivismo comtiano, pelo darwinismo social inglês e pela escola criminal italiana, teorias pautadas pela crença na hierarquização de povos e culturas, tendo o modelo europeu como referência para estabelecer assimetrias entre grupos humanos (Matos, 2018).

Nesse sentido, a importação dessas teorias enfraqueceu a capacidade hermenêutica de se pensar a realidade brasileira, pois o estado civilizatório do país estaria, *a priori*, definido como “inferior”, em relação à etapa alcançada pelos europeus, e o conceito de “raça” seria determinante para compreendermos as diferenças entre as sociedades humanas, de acordo com as diretrizes evolucionistas em voga no período.

No caso brasileiro, a problemática racial é complexa: ela é vista como explicativa da base fundamental de toda a história, de toda a política, da estrutura social, de toda a vida estética e moral da nação. A política de imigração desenvolvida a partir de meados do século XIX vem ainda corroborar as teorias raciais do período, além do romantismo ter elevado o indígena como símbolo nacional e ignorado completamente a presença do negro, tornando as reflexões em relação ao cruzamento interracial superficiais e pouco esclarecedoras.

Como fato político, a abolição da escravatura (1888) marca o início de uma nova ordem onde o negro deixa de ser mão-de-obra escrava para se transformar em trabalhador livre, mas estigmatizado como cidadão de segunda categoria, aparecendo assim, como fator dinâmico da vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição fosse reavaliada por alguns intelectuais, dentre eles, o médico e antropólogo alagoano Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949).

Formado dentro do dogmatismo cientificista de sua época, Arthur Ramos graduou-se em medicina (1926) pela Universidade Federal da Bahia, até então o grande baluarte *spenceriano* brasileiro. Discípulo de Nina Rodrigues, aventurou-se desde cedo pelos meandros de uma ciência, a qual dificilmente imaginaria que ajudaria a se consolidar no Brasil: a antropologia. Ressignificando de forma ousada conceitos até então cristalizados por boa parte da *intelligentsia* brasileira, inclusive por seu próprio mestre, Nina Rodrigues, a obra de Ramos tornou-se vanguarda no que tange aos estudos da população negra e mestiça brasileira.

Em 1934, com a conclusão de *O Negro Brasileiro*, Ramos reinterpreta completamente o trabalho anterior de Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*. Sua maior contribuição foi perceber a diversificada colaboração da imigração africana no país para a

construção de fenômenos culturais (festivos, religiosos, culinários, entre outros) difusos, e que dependiam das áreas africanas culturais de origem dessas populações (Ramos, 1940; Rodrigues, 2010).

Nina Rodrigues, utilizando a antropometria, identificou duas grandes áreas de imigração africana ao Brasil. Uma de etnia *bantu* (originária do Congo e de Angola), que se estabeleceu no sudeste brasileiro, e outra de etnia sudanesa (do Golfo da Guiné) estabelecida no nordeste, principalmente na Bahia. Devido a essa circunstância, o afrodescendente baiano herdaria o padrão social relativo à etnia sudanesa.

Por outro lado, Artur Ramos estudou os aspectos culturais relativos aos *bantus* e aos sudaneses trazidos desde suas áreas de origem. Percebeu que havia uma significativa influência da cultura *bantu*, basicamente animista (que acredita na presença de almas na manifestação dos fenômenos da natureza), na formação do candomblé baiano, enquanto boa parte dos sudaneses tinha chegado islamizada (muçulmana) e sua contribuição para o candomblé teve menor peso. Dessa forma, visou demonstrar como a cultura dos grupos e a circulação cultural entre eles eram fundamentais para a constituição de uma sociedade, e não apenas o seu caráter étnico de origem.

As pesquisas de Arthur Ramos abarcam desde os mistérios da cosmogonia religiosa afro-brasileira até reflexões inovadoras acerca da psiquiatria, num mundo que ainda procurava compreender as ideias recentes da psicanálise de Sigmund Freud (1856-1939) — seu amigo e correspondente. Em 1935 publicou *As Culturas Negras no Novo Mundo*, trabalho no qual faz um vasto mapeamento das áreas culturais negras da América do Norte, do Caribe e da América do Sul (Ramos, 1946). Com esse trabalho, o médico alagoano se tornará internacionalmente conhecido.

Sem preocupar-se em se abster, militou incessantemente, até ao último dia de vida, sob o cargo de Diretor de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em prol da construção de uma agenda antirracista, buscando a libertação de negros e mestiços do determinismo que os condenava desde Leclerc, Lombroso, Galton e Gobineau⁵.

⁵ Uma das principais obras que cumpriu o papel de articular o pensamento racial é *Essai Sur l'Inégalité des Races Humaines* ("Ensaio Sobre as Desigualdades das Raças Humanas" — tradução nossa), escrita pelo diplomata francês Arthur de Gobineau (1816-1882), publicada entre 1853 e 1855. Para esse autor, toda a produção humana deriva de uma dinâmica das raças, sendo as mais avançadas manifestações culturais uma ação direta ou indireta das raças brancas, em particular de "linhagem ariana". Gobineau era um ferrenho contestador da miscigenação que, segundo ele, conduziria à degeneração racial, comprometendo o avanço civilizacional.



Fig. 1. O Batuque do Preto Velho [s.d.] foi registrado numa fotografia realizada por Arthur Ramos e incluída na obra *A Casa das Minas*, de Nunes Pereira, a primeira pesquisa no Brasil sobre o candomblé do Daomé. A introdução do livro foi elaborada por Arthur Ramos em 1947 a convite do autor. Fonte: Arquivo Arthur Ramos [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — Brasil].

Devido à sua destacada atuação, tanto na esfera civil quanto acadêmica, Arthur Ramos tornou-se uma figura essencial para a compreensão das dinâmicas sociais do seu tempo, especialmente durante um período marcado por intensos debates sobre a construção da identidade nacional brasileira. Diante desse contexto, o presente artigo, dividido em duas partes, tem como objetivo explorar a importância do legado do trabalho de Arthur Ramos. Na primeira parte, abordaremos a relevância do Arquivo Arthur Ramos, atualmente sob a guarda da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Brasil, a partir de uma perspectiva histórico-arquivística, visando identificar suas principais características. No segundo momento, analisaremos, com base em fontes primárias contidas no Arquivo, o engajamento antirracista desse intelectual, especialmente a partir da década de 1930. Dessa forma, visamos contribuir para uma melhor compreensão das relações existentes entre o racismo e a formação social e cultural brasileira, bem como os movimentos de resistência antirracista que se estabeleceram como antítese.

1. ARTHUR RAMOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Desde 2019, desempenhamos estudos nas áreas da antropologia histórica e história das ciências, mais particularmente a respeito do racismo científico, darwinismo social e eugenia. Ao debruçar-nos sobre tais temáticas, percebemos que uma das metodologias possíveis para tentar compreender esses fenômenos e as repercussões deles entre o final do século XIX até à primeira metade do século XX seria identificar e analisar periódicos científicos produzidos por sociedades e associações organizadas durante esse período, ainda sob o resguardo de bibliotecas, arquivos e coleções particulares — ou as que ainda estivessem em atividade, como é o caso da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAÉ)⁶.

Foi em meio a essas investigações, particularmente àquelas a respeito das relações entre a história do pensamento eugênico e suas correlações com as teorias racialistas, que nos deparamos com a figura de Arthur Ramos, chamando-nos a atenção para, além da sua importância no processo de institucionalização da antropologia no Brasil, o seu engajamento e a sua militância para a consolidação de uma agenda antirracista.

Ao revisitar outro trabalho por nós realizado anteriormente, destacamos que, a antropologia concebida por Arthur Ramos se baseia em pesquisas de campo apoiadas em estudos etnológicos e etnográficos abrangentes, que buscaram examinar os aspectos culturais, tanto materiais quanto simbólicos, das populações indígenas e negras do país. Sua abordagem fundamenta-se na convicção incontestável de refutar a inferioridade racial, bem como as tipologias e estereótipos perpetuados pela medicina legal. Outrossim, estabeleceu uma forma de antropologia físico-cultural que permitiu uma nova perspectiva em relação aos antigos determinismos que condenavam uma parcela significativa dos brasileiros à degenerescência. Essas perspectivas o levaram a se envolver ativamente no campo político, assumindo uma posição de liderança em diversas iniciativas de combate ao racismo. Ele participou de congressos e se comprometeu em declarações relevantes, como o *Manifesto dos Intelectuais Brasileiros Contra o Preconceito Racial* (outubro de 1935), que teve a assinatura do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) e do antropólogo e então diretor do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto (1884-1954). Adicionalmente, se sobressaiu por se engajar no *Manifesto contra o Racismo*, lançado pela Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE) em 28 de agosto de 1942 (Giesbrecht, 2022: 145). Para Ramos, uma das chaves para compreender o racismo estava no exercício do entendimento de que ele não era algo intemporal, mas fruto de uma construção histórica pautada pelo eurocentrismo:

⁶ Sobre a SPAE, *vide* Matos, 2016, 2021.

É essa questão que temos diante dos olhos: a do valor mental do Negro. Nos tempos ominosos da escravidão, a ideia do Negro inferior, selvagem, bárbaro, foi uma invenção europeia, para a justificativa das tropelias de colonização e escravidão. Quem o disse foi o ariano Frobenius. Esta foi a primeira opinião estereotipada que passou às terras das Américas, naturalmente com nuances diferentes, aqui e ali. Os argumentos expendidos foram vários e todos baseados nessas estereotípias. Um dos argumentos históricos foi o da incapacidade civilizadora do Negro, que seria atestada pela inexistência de civilizações na África. Está provado agora que isso foi uma opinião decorrente de um erro de observação. A etnologia do século passado foi uma etnologia livresca, que não teve contacto com os chamados “primitivos” (Ramos, 1943: 99)⁷.

Arthur Ramos pode ser considerado um intelectual à frente do seu tempo, por ter repensado conceitos referentes às parcelas negra e mestiça da população brasileira, além de ter interpretado com precisão antropológica os significados das religiões de matriz africana. De 1926 a 1949, escreveu aproximadamente 458 trabalhos, muitos dos quais ainda inéditos e, atualmente, disponíveis no arquivo que expõe o seu nome na Biblioteca Nacional do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Esse espólio tornou-se parte do nosso cotidiano nos últimos anos, não apenas pela importância relacionada às nossas temáticas de interesse, mas principalmente por ser um raro exemplo brasileiro de exímio trabalho de catalogação, iniciado ainda no ano de 1985 pelo professor Waldir da Cunha e, a partir de 2000, sob a supervisão da então Chefe de Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Vera Lúcia Faillace, que coordenou as últimas etapas do catálogo e a informatização do acervo, entregando o fundo documental completo em 2003, ano do centenário do nascimento de Arthur Ramos (Biblioteca Nacional [Brasil], 2004).

O Arquivo Arthur Ramos é uma das mais extensas coleções sob a guarda da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional e seu conteúdo é composto por correspondências do titular e de terceiros, recortes de jornais, folhetos, fotografias, manuscritos, pesquisas e estudos sobre educação, medicina legal, psiquiatria, psicologia, sociologia, antropologia, folclore e etnografia (com cerca de cinco mil documentos recuperáveis em 4.860 verbetes). Esta coleção documental tem um valor relevante devido à sua catalogação eficiente, que inclui um inventário com um índice abrangente contendo informações sobre autores, títulos e temas, o que possibilita a realização de investigações sobre os diversos assuntos devido à fácil localização dos documentos arquivados.

⁷ Todos os documentos e fontes citadas neste artigo foram adaptados às regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

O acervo expressa com precisão a principal característica que distinguiu Arthur Ramos de muitos de seus pares contemporâneos: as múltiplas diretrizes de conhecimento. Ramos se distancia do reducionismo da compartimentalização do conhecimento humano como estratégia de institucionalização do curso de ciências sociais na recém-criada Universidade do Brasil, na qual seria o responsável pela institucionalização da cadeira de antropologia, que esteve a seu cargo por mais de uma década, até seu afastamento em virtude do convite, realizado por Jaime Torres Bodet (1902-1974), para que integrasse a Unesco, no cargo de Diretor de Ciências Sociais⁸. Esse convite lhe incumbiu a missão de coordenar estudos sobre raça que desqualificassem as teorias deterministas e racistas oriundas do século XIX, as quais serviram de orientação para os crimes cometidos contra a humanidade durante a Segunda Guerra Mundial (Maio, 2015).

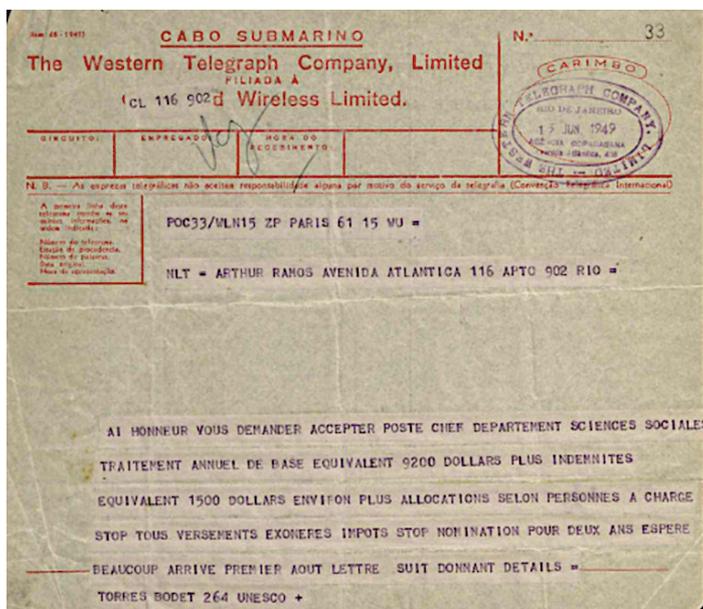


Fig. 2. Telegrama de Jaime Torres Bodet a Arthur Ramos convidando-o para assumir o cargo de chefe do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. Paris [França]: [s.n.], 1949.

Fonte: Arquivo Arthur Ramos [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — Brasil].

⁸ Conforme pontua Barros (2000: 66), o “fazer antropológico” de Arthur Ramos se realizará em diversas esferas, especialmente a institucional, consolidando-se a partir da cadeira de antropologia, criada por ele, para a até então Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Esse desdobramento representou uma forma de delimitação nos estudos de Ramos, que, gradualmente, foi se afastando dos padrões estabelecidos pela Escola Nina Rodrigues e suas pesquisas o aproximaram mais da corrente dos culturalistas norte-americanos e de outros grupos de intelectuais brasileiros.

A documentação existente no arquivo pode ser dividida em algumas categorias para que tenhamos uma ideia da quantidade e qualidade de materiais disponíveis:

ARQUIVO ARTHUR RAMOS	
CORRESPONDÊNCIA ATIVA E PASSIVA	Inclui documentação escrita em português, espanhol, inglês, francês e alemão.
RECORTES DE JORNAIS	De grande variedade temática, permitem-nos compreender os matizes de interesse de Arthur Ramos, o seu engajamento político e a militância.
FOTOGRAFIAS	Para além de elementos sobre a vida pessoal de Arthur Ramos, encontramos importante documentação etnográfica e etnológica a respeito de seus estudos <i>in loco</i> , principalmente sobre as populações afro-brasileiras.
TEXTOS INÉDITOS E DOCUMENTOS DIVERSOS	Material sobre suas pesquisas de folclore, análise de prontuário de pacientes, estudos de medicina legal, além de vasta coletânea sobre religiões afro-brasileiras. Destaca-se a grande diversidade de estudos sobre a história da psiquiatria, psicologia, educação infantil e pedagogia.

Fig 3. Quadro elaborado pelo autor a partir do Inventário Analítico do Arquivo Arthur Ramos, publicado pela Fundação Biblioteca Nacional do Brasil (Biblioteca Nacional [Brasil], 2004).

Arthur Ramos estabeleceu preciosas redes de comunicação interprofissional com intelectuais de diferentes áreas de atuação, fato que lhe rendeu a ampliação de conceitos possíveis por meio de atividades interdisciplinares, resultando em revisão constante de seu trabalho e de suas teorias, bem como na ampliação de seus objetos de estudo. Basta uma breve leitura de sua correspondência para percebermos que Arthur Ramos rompeu vínculos restritos ao mundo acadêmico, aproximando-se do mundo artístico. Isso lhe rendeu, graças a sua sensibilidade ímpar com relação à cultura brasileira e mundial, encontros com o poeta lusitano José Osório de Oliveira (1900-1964) e com o artista plástico Cândido Portinari (1903-1962), para citarmos apenas dois exemplos. Esse exercício intelectual gerou trabalhos que superaram a tradição livresca e de gabinete da antropologia herdada do século XIX, tornando Ramos uma espécie de intelectual orgânico de seu tempo, com trabalhos voltados para a efetiva melhora das condições sociais da humanidade, confrontando cientificamente a violência racial e a guerra. Tais feitos o consagraram como um ativista social pela integração do negro, pela libertação feminina e pela luta contra o nazifascismo.

Ao contestar diversas teses racistas, sobretudo defendidas por eugenistas radicais, e introduzir análises mais sociológicas sobre a diversidade racial e cultural brasileira, Arthur Ramos foi de grande valia num momento em que o número de simpatizantes do modelo alemão de “higiene racial” crescia significativamente. Dessa forma, conhecer a obra deste intelectual alagoano é indispensável para todos os que desejam aprofundar os estudos sobre a formação da identidade cultural brasileira.

2. O ANTIRRACISMO EM ARTHUR RAMOS

Além da vasta produção científica, engajada como médico e antropólogo, Arthur Ramos propunha constantemente revisões sistemáticas de conceitos e premissas até então cristalizadas, como, por exemplo, a do suposto atraso dos denominados “povos primitivos”, no caso brasileiro, especialmente, das populações negra, indígena e mestiça. Tais pujantes realizações permitem-nos evidenciar determinados eventos que impactaram suas ações como “intelectual antirracista”, como a violência física e simbólica perpetrada contra determinados grupos étnicos e a difusão de teorias racistas no meio intelectual e político brasileiros, oriundas, principalmente, de ideias que circulavam no mundo anglo-saxônico e germânico.

No acervo do Arquivo Arthur Ramos se encontra o seu livro *Guerra e Relações de Raça*, publicado em 1943. Esse material, considerado uma obra rara, é talvez o seu texto mais contundente para compreendermos alguns dos motivos que influenciaram Ramos em engajar-se numa pioneira agenda antirracista. No decorrer de sua leitura, o autor nos deixa claro suas escolhas metodológicas em oposição às políticas segregacionistas e eugênicas implementadas desde a ascensão do III Reich na Alemanha, assim como suas consequências para o desequilíbrio da ordem mundial, da exacerbação do preconceito e do colonialismo (Ramos, 1943)⁹.

É também em *Guerra e Relações de Raça* que Ramos inseriu integralmente em seu apêndice documentos fundamentais para compreendermos a cronologia de sua campanha de combate ao racismo. Um deles remonta ao ano de 1935 e denomina-se *Manifesto*

⁹ No quinto capítulo, intitulado “Uma Análise Sexológica do III Reich”, Ramos apresenta suas reflexões sobre as contradições e implicações para o futuro racial da Alemanha, devido aos trágicos eventos ocorridos na noite de São Bartolomeu, em 30 de junho de 1934, quando membros do alto escalão da *Sturmabteilung* (SA), acusados de praticar atos homossexuais, foram assassinados. O autor, influenciado pelo seu contato com o pensamento freudiano, enfatiza a ligação intrínseca entre a “ação de limpeza a todas as formas de vício” (Ramos, 1943: 38), como um exemplo do que os nazistas poderiam concretizar contra minorias consideradas anormais.

dos Intelectuais Brasileiros contra o Preconceito Racial¹⁰. Nele, Arthur Ramos e outros renomados intelectuais se reuniram e assumiram diversos compromissos (acadêmicos e políticos), entre eles o de pactuarem em promover a valorização do processo de miscigenação, assim como de empenharem-se em afastar do Brasil as formas extremadas de racismo¹¹, dado que:

O movimento contra o preconceito racial visa não apenas combater as influências estranhas que nos querem arrastar para o turbilhão dos racismos truculentos, como também contribuir por todos os meios para o estudo dos problemas surgidos na nossa própria formação étnica, tendo sempre em mira promover maior harmonia e mais fraternal cordialidade entre os elementos que se vão caldeando na etnia brasileira (Ramos, 1943: 173).

Posteriormente à publicação do Manifesto em 1935, torna-se mais corriqueira a presença de um tipo de documentação encontrada no Arquivo Arthur Ramos, notadamente a que marca suas relações mantidas com intelectuais antirracistas, tanto no espaço pessoal, como no profissional e na imprensa da década de 1930 e 1940. Tal fato parece-nos refletir a dimensão dos estudos afro-brasileiros que vinham sendo elaborados naquela altura. Como exemplo, podemos destacar a ligação de Arthur Ramos com expoentes da militância negra, como Abdias do Nascimento (1914-2011), um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro, encontro realizado por dois anos no Rio de Janeiro e em São Paulo e que propôs à Constituinte de 1946 a tipificação da discriminação racial como crime de lesa-pátria. Em carta enviada a Ramos em dezembro de 1945, Abdias submete à sua consideração o manifesto que seria remetido à nação da “Convenção do Negro Brasileiro”, no qual se reforçavam diversas demandas do movimento, antes do mesmo ser entregue ao Congresso Nacional, pelo então senador Hamilton Nogueira (1897-1981)¹².

¹⁰ O manifesto foi lançado no Rio de Janeiro em outubro de 1935 e contou, além de Arthur Ramos, com outros signatários, como Gilberto Freyre e Edgard Roquette-Pinto, assim como de outros nomes proeminentes da época. Entre eles estavam o matemático Inácio do Amaral (1883-1950), o médico e jornalista Maurício de Medeiros (1885-1966), o jurista e futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal Hermes Lima (1902-1978), o promotor público e professor da Faculdade de Direito do Recife Joaquim Pimenta (1886-1963), o magistrado e diretor do gabinete de Identificação do Ceará Queiroz Lima (1886-1948), o político baiano Castro Rebello (1865-1939), o líder socialista Leônidas de Resende (1889-1950), o historiador Victor Vianna (1881-1937) e o médico e escritor Azevedo Amaral (1881-1942).

¹¹ Também podemos destacar para além das críticas ao racismo alemão, as influências do regime de segregação racial norte-americano para o engajamento antirracista de Arthur Ramos, especialmente após sua estada nos Estados Unidos, intermediada pelo historiador Richard Pattee (1906-2000), entre setembro de 1940 e março de 1941. Publicou nesse período diversos trabalhos em revistas, ministrou palestras e, alinhado à “democracia racial” de Gilberto Freyre, contribuiu com pesquisadores norte-americanos na luta contra o racismo (Giesbrecht, 2021).

¹² Carta de Abdias do Nascimento a Arthur Ramos submetendo a sua consideração o manifesto à nação da Convenção do Negro Brasileiro (Biblioteca Nacional do Brasil, 30 dez. 1945. N. de chamada: I-35,35,1.924).

Em 18 de junho de 1942, Arthur Ramos dava novo salto em sua busca pela institucionalização da antropologia fundando a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE), como uma espécie de prolongamento dos cursos que ministrava como professor catedrático na Universidade do Brasil. Com o claro objetivo de debater teorias, metodologias, o desenvolvimento científico nas áreas das ciências sociais e, sobretudo, os crimes de raça que para ele estavam sendo cometidos em nome da antropologia, não demorou muito para a SBAE colocar-se à frente das discussões sobre o racismo no Brasil e no mundo: aprovado por aclamação em sessão extraordinária realizada em 28 de agosto de 1942 nascia o *Manifesto contra o Racismo da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. Segundo foi destacado nesse documento, o dever de combater o racismo é:

(...) tanto mais premente quanto estamos assistindo ao monstruoso fato de, em nome da Antropologia, se estarem cometendo os mais nefandos crimes da história da humanidade. A história do racismo, essa contrafação da nobre ciência do homem, já é bem conhecida por aqui ser recontada. Ela teve os seus precursores e os seus codificadores, aqueles que criaram toda uma teoria das raças baseada em termos biológicos exclusivos, com suas categorias de superioridades e inferioridades e o direito consequente que teriam as “raças superiores” de dominarem as outras, chamadas de “raças inferiores”, de povos escravos e dominados (Ramos, 1943: 177).

As posições políticas adotadas por Arthur Ramos foram consideradas “subversivas” pelos censores do Estado Novo (1937-1945), liderado por Getúlio Vargas. Ele foi acusado de promover um racismo antirracista, ou seja, de tentar demonstrar a superioridade dos negros em relação aos brancos, além de ser associado a uma possível inclinação ao socialismo. Essas acusações resultaram em um pedido de prisão emitido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro em 24 de março de 1942. No entanto, após prestar esclarecimentos, Ramos foi liberado (Barros, 2000: 61). É importante ressaltar que essas acusações surgiram durante o período da ditadura varguista, em meio à Segunda Guerra Mundial e ao início da Guerra Fria, momentos caracterizados por um intenso maniqueísmo e violência tanto material quanto simbólica.

Em tempos de profundo negacionismo, a “subversão” de Arthur Ramos era, talvez, a que hoje alguns poderiam considerar das mais perigosas: pensar cientificamente. Indivíduo de carreira intelectual ímpar e consolidada, Arthur Ramos era um personagem altamente respeitado entre seus pares, inclusive aqueles que não corroboravam suas visões e paradigmas. Suas ideias eram para aquele tempo histórico, numa analogia braudeliana, “avançadas” e “perigosas”, um verdadeiro arsenal de vanguarda que, atualmente, ainda fazem parte das demandas pela equidade da sociedade, especialmente àquelas que permeiam questões raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar o universo da obra de Arthur Ramos possibilita-nos apreender a importância da indissociabilidade entre o “ser intelectual” e o “ser histórico”. Ramos conseguiu, com o seu trabalho, articular as teorizações acadêmicas e práticas antropológicas em seu *ethos* de ciência social aplicada. Enfatizou, assim, a importância da pesquisa de campo e o respeito pela cultura negra aviltada pela ação policial, por meio de produção acadêmica engajada e que acentuava a importância do intelectual numa sociedade brasileira elitista e discriminadora.

Nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial percebe-se um descrédito, ao menos conceitual e semântico, do racismo científico e do evolucionismo como explicação para as diferenças culturais e sociais, assim como da eugenia como utopia pragmática de consecução civilizacional (Skidmore, 1976). Diante disso, os trabalhos e engajamento de Arthur Ramos potencializaram seu poder de reconhecimento, pois demonstravam uma nova perspectiva de abordagem de como ocorrera no Brasil o processo de integração racial, o qual teria resultado na constituição de uma rica identidade e cultura nacional de cunho mestiça. Com isso, Ramos firmara-se como autor de referência, sobre o tema da discussão racial. Para além da passagem de Arthur Ramos pelo cargo de Diretor de Ciências Sociais da Unesco (fato que optamos em não aprofundar neste artigo), é possível perceber a repercussão de suas ideias através de outros autores, patrocinados pela entidade, sobre a questão racial, tendo sido, inclusive, compilados dois volumes de trabalhos sob o título *Raça e Ciência* (Comas et al, 1970; Dunn et al, 1972).

A temática racial é sempre latente. Ao examinarmos pormenorizadamente as ideias presentes nas obras de Arthur Ramos, é evidente a preocupação do autor em desmascarar as distorções existentes em sua época sobre as concepções de raça e a hierarquização decorrente do racismo etnocêntrico propagado desde o século XIX. Além disso, os estudos de Arthur Ramos podem ser considerados um mecanismo de denúncia contra os perigos das ideologias que, em nome de uma suposta supremacia de certos grupos sobre outros, justificam a violência e a opressão por parte daqueles que se consideram superiores. Dessa forma, tendo em vista que o conhecimento histórico e antropológico pode nos permitir uma melhor compreensão das raízes estruturais das intolerâncias, capacitando-nos a desconstruir visões estereotipadas e promover a empatia, estabelecendo pontes de diálogo e respeito mútuo, reconhecer a contribuição da obra de Arthur Ramos é de suma importância para aqueles comprometidos com a busca pela equidade e pela erradicação dos preconceitos no mundo atual.

FONTES

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL) (2004), *Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional.

BODET, Jaime Torres (1949), *Telegrama a Arthur Ramos convidando-o para assumir o cargo de chefe do Departamento de Ciências Sociais da Unesco*. Biblioteca Nacional do Brasil, jan. 1949. N. de chamada: I-35,24,754.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL), *Arquivo Arthur Ramos*. Divisão de Manuscritos. Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Abdias do (1945), *Carta a Arthur Ramos submetendo a sua consideração o manifesto à nação da Convenção do Negro Brasileiro*. Biblioteca Nacional do Brasil, 30 dez. 1945. N. de chamada: I-35,35,1.924.

NUNES, Pereira (1947), *A Casa das Minas* (Introdução de Arthur Ramos). Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia.

RAMOS, Arthur (1940 [1934]), *O Negro Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RAMOS, Arthur (1943), *Guerra e Relações de Raça*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes.

RAMOS, Arthur (1946 [1935]), *As Culturas Negras no Novo Mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RODRIGUES, Raimundo Nina (2010 [1932]), *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti (2000), *Arthur Ramos e as Dinâmicas Sociais de seu Tempo*. Maceió: Edufal.

CARVALHO, Raquel Alves de (2011), *A Construção da Identidade e da Cultura dos Povos do Campo, entre o Preconceito e a Resistência: O Papel da Educação* (Tese de doutorado em Educação). São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba.

COMAS, Juan; LITTLE, Kenneth Lindsay; CHAPIRO, Harry Lionel; LEIRIS, Michael; LÉVI-STRAUSS, Claude (1970), *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva.

CORRÊA, Mariza (2013), *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

DUNN, Leslie Clarence; MORANT, Geoffrey Miles; CHAPIRO, Harry Lionel; ROSE, Arnold Marshall; KLINEBERG, Otto; JAHODA, Marie (1972), *Raça e Ciência II*. São Paulo: Perspectiva.

GIESBRECHT, Daniel Florence (2021), “A Antropologia de Arthur Ramos: Contribuições para a Consolidação de uma Agenda Antirracista”. In: SILVA, Adriano Rosa da; FILPO, Klever Paulo Leal; ALMEIDA, Marcelo Pereira de; TEIXEIRA, Marcia Cavalcanti (orgs) (2021), *Desigualdade e Solução de Conflitos*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins: 474-489.

GIESBRECHT, Daniel Florence (2022), “Arthur Ramos: Pioneirismo e Militância Antirracismo no Brasil (1926-1949)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 62: 139-153.

GOBINEAU, Arthur de (1853), *Essai Sur l'Inégalité des Races Humaines*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères.

IANNI, Octávio (2004), *Raças e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

MAIO, Marcos Chor (2015), “Caminhos de Arthur Ramos: a Busca do Brasil como Processo Civilizatório”. In: LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto, *Médicos Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec: 362-389.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2016), “Anthropology in Portugal: The Case of the Portuguese Society of Anthropology and Ethnology (SPAEE), 1918”. In: DARNELL, Regna; GLEACH, Frederic (orgs), *Local Knowledge: Global Stage*, volume 10 de *Histories of Anthropology Annual*. Lincoln e Londres: University of Nebraska Press: 53-97.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2018), “‘Raça’, Miscigenação e Preconceito: Desafios Actuais Perante a Evolução do Pensamento Social (e Racial e Nacional) Brasileiro”, *Portuguese Studies Review* 26 (1): 273-298.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2021), “A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), 1918-2021: Mais de 100 Anos ao Serviço da Ciência e da Comunidade”. In: POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar Martins; NUNES, Henrique Barreto; ALVES, Jorge Fernandes; CAPELA, José Viriato; ALVES, Luis Alberto; PEREIRA, Maria da Conceição (orgs), *Não nos Deixemos Petrificar: Reflexões no Centenário do Nascimento de Victor de Sá*. Porto: CITCEM e FLUP: 111-129.

RANGEL, Pollyanna Soares (2015), “Apenas uma Questão de Cor? As Teorias Raciais do Século XIX e XX”, *Revista Simbiótica* 2 (1): 12-21.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993), *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.

SKIDMORE, Thomas (1976), *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.